


 REPORTAGEM I


Uma proposta para o desenvolvimento

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) entrega à sociedade uma carta em favor do avanço do país por meio do Sistema Nacional de Fomento (SNF). O documento é resultado de 31 entrevistas com executivos das principais instituições financeiras de desenvolvimento, bancos cooperativos, Sebrae e Finep. **POR THAIS SENA SCHETTINO**

Pela primeira vez, em 49 anos de história, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) apresenta à sociedade um manifesto em favor do desenvolvimento brasileiro. A Carta de Posicionamento da ABDE é resultado de entrevistas e audições com executivos das 31 instituições associadas, realizadas em janeiro e fevereiro deste ano. O documento, uma obra pioneira na trajetória da instituição, coloca o Sistema Nacional de Fomento (SNF), formado pelo conjunto dessas entidades, no centro das políticas econômicas que podem definir o avanço socioeconômico do país.

“O Brasil tem um sistema de fomento constituído e que poderia ser muito mais utilizado, no sentido de co-

laborar com a estratégia de apoio ao desenvolvimento, em nível regional do país, e que, no entanto, não tem sido considerado. Com o documento queremos mostrar que há uma estrutura pronta e que deve ser utilizada”, destacou o presidente da ABDE e da Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP), a época da construção da Carta, Milton Luiz de Melo Santos.

A Carta de Posicionamento, que será levada ao conhecimento dos candidatos à Presidência da República, se reporta à representatividade do SNF para a elaboração e alinhamento das políticas públicas. Segundo o documento, publicado na íntegra nas páginas a seguir, o SNF tem participação decisiva para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, por meio do financiamento de longo prazo que alavanca o investimento, contribuindo

do para o aumento da produtividade. Com isso se espera que a taxa de investimento suba dos atuais 15% para, pelo menos, 25% do PIB. “Neste cenário, seriam alcançadas todas as regiões do Brasil, conferindo condições para a distribuição de renda e a melhoria de qualidade de vida para a população. O nosso objetivo é muito claro. O Sistema Nacional de Fomento faz crédito, não trabalhamos no mercado financeiro, fazendo aplicações financeiras. O nosso objetivo é conceder o crédito e promover o desenvolvimento”, afirmou o atual presidente da ABDE e presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Marco Aurélio Crocco Afonso, que participou da preparação do texto.

O documento chega em um momento fundamental para o futuro do país, onde as possibilidades de retomada do crescimento se abrem diante da perspectiva de novas eleições. Para o secretário-executivo da ABDE, Marco Antonio A. de Araujo Lima, essa é uma oportunidade única. “O desenvolvimento sustentável é uma agenda necessária para o Brasil e é preciso recolocá-la em debate sobre o caminho que a sociedade brasileira quer construir para conseguir assegurar mais e melhores empregos”.

A Carta lembra que bancos de desenvolvimento e agências de fomento não são especificidades do Brasil, mas que existem também em outros países, como o banco público de desenvolvimento alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), em torno do qual se reúnem 17 agências de fomento da Alemanha. O KfW totalizou, em 2014, ativo equivalente a 17% do PIB do país. Também há bancos de desenvolvimento na China, Coreia do Sul, Itália, Espanha, Japão, França e Rússia, dentre outros.

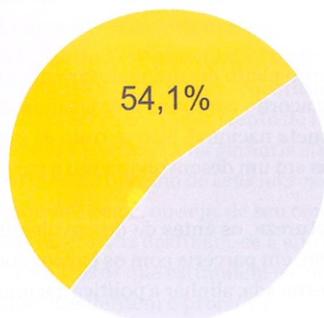


Thais Sema Schettino
Assembleia da ABDE, reunida no dia 18 de abril, em Brasília, para a aprovação da Carta de Posicionamento da associação.

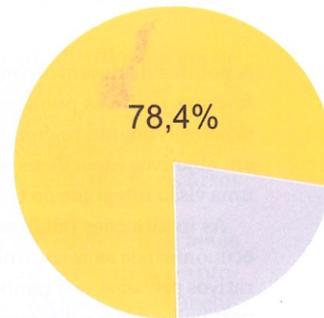
O manifesto, aprovado pela Assembleia Geral dos Associados no dia 18 de abril, em Brasília, reforça a necessidade do governo, nas esferas federal, estadual e municipal, de empreender ações que priorizem os órgãos de fomento, de forma planejada, para que a execução de políticas públicas assegure a retomada do crescimento e do desenvolvimento em bases sustentáveis, em níveis nacional e regional.

Conheça a íntegra do documento a seguir. »

Participação do SNF no total de operações de crédito efetuadas no Brasil (2017)



Participação do SNF no financiamento produtivo (2017)



CARTA DE POSICIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que em 2019 completará 50 anos, é a entidade responsável por representar e aglutinar o Sistema Nacional de Fomento (SNF). Formado por instituições financeiras dos setores público e cooperativo, o Sistema tem como missão atuar em prol do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil por meio do financiamento ao investimento.

O SNF é constituído por bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por estados da Federação, agências de fomento, bancos cooperativos, cooperativas de crédito, bancos públicos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento, a Finep e o Sebrae. São instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs), que têm como característica a força de sua representatividade regional e respondem por aproximadamente 50% das operações de crédito do Brasil.



As eleições de 2018 podem ser consideradas um marco decisivo para o futuro do país e a equipe do novo governo terá enormes desafios para reencontrar o rumo do desenvolvimento a partir de 2019. Após dois anos recessivos e um pequeno crescimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, provavelmente em 2018 haverá um melhor desempenho econômico. Os cenários que se desenham oscilam entre a continuidade do quadro de estagnação, com insuficiente recuperação da economia e a retomada do crescimento.

Em quaisquer desses cenários, entretanto, o SNF desempenhará papel crucial. Em consonância com o projeto político escolhido nas eleições de outubro, os profissionais das instituições que compõem o Sistema se empenharão para contribuir, com toda sua competência e experiência, no planejamento e execução de políticas públicas à tão esperada retomada do desenvolvimento em bases sustentáveis.

É fundamental que o percentual dos investimentos em relação ao PIB seja alçado dos atuais 15%, um dos mais baixos percentuais já registrados, para uma meta de 25%, índice já obtido pelo Brasil em ciclos de crescimento acelerado. Aumentar a produtividade da economia brasileira e espalhar o desenvolvimento por todas as regiões do país são condições essenciais para distribuir renda e assegurar qualidade de vida à população.



A política de desenvolvimento nacional proposta pelo governo eleito deverá dialogar com as diferentes políticas públicas estabelecidas em cada região, de acordo com suas potencialidades. O desenvolvimento regional é uma importante e desafiadora meta nacional. Não se trata de pensar em objetivos específicos para cada região, isoladamente, mas em um desenvolvimento a partir de uma visão integrada do território nacional.

As instituições públicas que compõem o SNF são, por natureza, os entes de desenvolvimento econômico de seus controladores – União e estados – e devem, em parceria com os bancos cooperativos privados, que também desempenham atuação local destacada, alinhar a política nacional às particularidades e diferenças de cada política regional.



O SNF precisa que suas instituições atuem de maneira integrada, estabelecendo parcerias promotoras de políticas públicas coordenadas. Para alcançar suas metas de forma eficaz, faz-se necessário aprofundar sua característica de rede, de modo a promover uma melhor articulação entre todos os envolvidos, inclusive União e governos estaduais, para definição conjunta de estratégias e programas. A atuação em rede, com a adesão das instituições federais, regionais e estaduais, representa um instrumento fundamental para o desenvolvimento regional.

As instituições financeiras de desenvolvimento que atuam em âmbito local conhecem as especificidades das regiões e agem no fortalecimento das suas potencialidades. Para intensificar sua atuação, instituições federais de maior porte se articulam a elas, promovendo um canal de interação, unificação de procedimentos e compartilhamento de estruturas e de processos operacionais, que deve ser fortalecido.

Por meio de parcerias em financiamentos, repasses de recursos, repartição de riscos, entre outras iniciativas, o SNF pode intensificar sua cooperação com o intuito de aprimorar e colaborar para o necessário aumento da produtividade da economia brasileira.



O fortalecimento do SNF é uma política pública vital à criação e execução de novas estratégias de desenvolvimento destinadas a todas as regiões brasileiras e para diversas finalidades, como o apoio aos setores da agricultura, da infraestrutura, da indústria e dos serviços; bem como a promoção e o suporte a políticas de exportação, internacionalização, inovação, crescimento de pequenas e médias empresas, microcrédito, redução de desigualdade, geração de empregos, habitação, segurança alimentar, economia verde, sustentabilidade, entre outras.

O escopo dessas instituições financeiras de desenvolvimento, tanto no Brasil como em outros países, é amplo. Há inúmeros exemplos que comprovam sua relevância. É o caso da Alemanha, onde o atuante banco de desenvolvimento Kreditanstalt für Wiederaufbau, mais conhecido como KfW, impressiona por seu porte, com ativo total em 2014 equivalente a 17% do PIB alemão, participação ligeiramente superior à do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos ativos representaram 13% do PIB brasileiro, no mesmo ano.

Em torno do KfW gravitam 17 instituições financeiras de desenvolvimento distribuídas em todos os estados da Alemanha, constituindo assim uma rede de instituições regionais, que presta inestimável serviço ao país. Isento de impostos, o KfW capta recursos nos mercados nacional e internacional e se alicerça na garantia soberana do governo federal alemão. Não é obrigado a distribuir percentual mínimo de seus lucros ou dividendos para seus acionistas, e ainda recebe recursos do orçamento fiscal, ou seja, de seu controlador.

Estes incentivos destinam-se à ampliação dos recursos para financiar investimentos de longo prazo, com custos que estimulem os empreendedores públicos e privados a se arriscarem em projetos que possibilitem e promovam a continuidade do desenvolvimento na Alemanha, com inclusão e sustentabilidade. >>



Atenta a exitosos exemplos internacionais como este da Alemanha, e focada nas diretrizes e metas das instituições que integram o SNF, a ABDE propõe-se a intensificar o diálogo com o Banco Central, a Receita Federal e ministérios, entre outros órgãos do Estado, para estabelecer uma política transparente, a favor do desenvolvimento do Brasil. Tal política deverá ser discutida com o Congresso Nacional e com os demais setores de interesse da sociedade civil – organizações patronais, associações e universidades. Entre as medidas pleiteadas, destacam-se:

- Fontes alternativas de recursos, que permitam às instituições que integram o SNF oferecer crédito, sobretudo para projetos de maior risco, em condições diferenciadas e com custos adequados a investimentos de longo prazo.

- Regime tributário especial que possibilite a capitalização, bem como diminuir o custo de captação das instituições financeiras de desenvolvimento, sem onerar diretamente seus controladores, garantindo assim maior disponibilidade de recursos financeiros para apoio ao crescimento.

- Tratamento regulatório diferenciado, adaptado às condições específicas das instituições financeiras de desenvolvimento do SNF, através de operações centradas no longo prazo e por fontes de recursos distintas das instituições financeiras privadas.

- Retirada dos entraves à atuação do SNF no mercado de capitais, permitindo a utilização de instrumentos inovadores que potencializem sua participação em projetos de investimento produtivo.

O conjunto dessas medidas dará maior capacidade de atuação para o SNF e proporcionará maior disponibilidade de recursos financeiros para apoiar o crescimento sustentável, o que geraria aumento da arrecadação, sem comprometer o equilíbrio fiscal.

Essas ações de incentivo devem ter como contrapartida do SNF o compromisso com uma boa governança, a capacitação do seu corpo técnico para o exercício da função de agentes de desenvolvimento e a alocação de recursos a projetos que, a par de sua viabilidade econômico-financeira, se evidenciem como geradores de externalidades positivas.



O futuro do Brasil depende do enfrentamento de muitos desafios, em que pesem as certezas e as incertezas inerentes às escolhas que permeiam processos decisórios de variadas instâncias. A ABDE acredita que, em qualquer cenário, a implementação de um projeto de desenvolvimento nacional passa pela utilização apropriada das instituições de fomento de forma coordenada e integrada às potencialidades das regiões brasileiras.

SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO

